

CARTA DA CIDADE DE NATAL

O Conjunto CFESS/CRESS reunido no seu XXXVI Encontro Nacional, realizado entre os dias 02 e 05 de setembro de 2007, na cidade do Natal – RN, expressa seus posicionamentos face aos desafios colocados pela conjuntura, cujos principais vetores colidem com as bandeiras históricas defendidas pelo Serviço Social Brasileiro nas últimas três décadas.

A humanidade ingressou no século XXI ainda sob os rumos do modo de produção capitalista que impõe suas premissas destrutivas aos quatro cantos do mundo. As conseqüências econômicas, sociais e ideó-culturais são catastróficas, imprimindo as marcas da desumanidade do capital ao conjunto das relações sociais. No plano da economia, o capitalismo do século XXI operou modificações significativas nos processos produtivos. Ainda que não tenha recuperado as taxas de crescimento econômico e não tenha superado plenamente as crises provocadas pela tendência de queda da taxa de lucro – índices que lhe foram amplamente favoráveis entre 1945 e a entrada dos anos 70 – pode-se dizer que as estratégias capitalistas engendradas a partir da década de 70 do século XX – fundamentalmente a reestruturação produtiva e o neoliberalismo – possibilitaram ao capital amenizar as conseqüências econômicas da crise estrutural ainda em andamento.

A despeito deste relativo sucesso econômico, as conseqüências sociais são as piores possíveis. Aumentou o fosso social que separa países ricos e países pobres e, no interior dos mesmos, também aumentaram as distâncias entre as classes sociais. O grau de dependência econômica também se elevou junto à mundialização financeira que subordina todos os países periféricos do mundo capitalista. Ademais, pioraram as condições gerais de vida e de trabalho de suas populações, ao mesmo passo em que se elevaram os níveis de concentração de renda, riqueza e propriedade. Expandiu-se o desemprego mundial, degradaram-se as relações de trabalho, suprimiram-se direitos e foram subtraídas conquistas históricas da classe trabalhadora.

O poder de destruição do capitalismo não se restringe às esferas sociais e econômicas, mas compromete as condições socioambientais, necessárias à sustentabilidade da própria existência de vida no planeta. Todos os indicadores oriundos das fontes mais diversas têm afirmado que o mundo avança para um possível colapso ecológico, provocado pela busca incessante do lucro.

No Brasil, o modo de produção capitalista conseguiu se renovar de maneira surpreendente. Se ao longo do século XX se desenvolveu aliando modernização e conservadorismo, articulando um bloco de classes dominantes formado pelas velhas oligarquias rurais e as forças do grande capital internacional e da burguesia nacional, na última década do século passado e no ingresso do século XXI, o capitalismo renovou-se: manteve as velhas classes dominantes secundarizadas e pôs em evidência o capital financeiro de ponta, operado por uma pseudo social-democracia nos anos 90 e por uma social-democracia tardia da década atual. O resultado é que o capital instalou entre nós o seu paraíso: uma política econômica que é a sua própria auto-imagem e um tratamento de “questão social” que lhe é extremamente funcional.

Para tanto, o Estado brasileiro foi absolutamente capturado. Ele é máximo para o capital e mínimo para o trabalho. Tem-se com isso que os seus recursos são sistematicamente

direcionados para favorecer os interesses capitalistas, quais sejam: o pagamento de juros e dos serviços da dívida (daí a necessidade do superávit primário), o financiamento dos grupos monopolistas aqui instalados (indústrias e bancos), as generosas isenções fiscais e tributárias, as facilitações para remessas de lucros e repatriamento de capital, etc.

Os números dos governos da década de 90 e da década atual dizem por si mesmos:

- a carga tributária saltou de 29% do PIB para 37%, entre 1995 e 2005;
- o total dos tributos pesa muito mais sobre o trabalho – 29% sobre a renda, 67% sobre consumo e apenas 4% sobre patrimônio;
- entre 1994 e 2004, a elevação de carga tributária penalizou os mais pobres – quem ganhava até dois salários mínimos teve acréscimo de 20% da carga tributária. Já quem ganhava acima de trinta salários mínimos, teve um aumento de apenas 8% em tributação.

Mas os dados que envolvem os recursos atinentes às políticas públicas são ainda mais reveladores dos rumos dos governos dos últimos 17 anos. Em 2005, o governo federal gastou 157 bilhões de reais com pagamento de juros da dívida, valores correspondentes a 65% dos gastos com seguridade social. Nos últimos três anos, 45 bilhões foram retirados do orçamento da seguridade social para realizar o superávit primário, o que equivale a 4,8% do PIB, percentual maior que o exigido pelo FMI para os países periféricos (4,35%), configurando-se uma política econômica “mais realista que o rei”! Todo esse quadro econômico e social traz impactos diversos sobre o Serviço Social Brasileiro.

No campo das políticas sociais, vivemos o duplo desafio de reafirmar nossos princípios universalistas e de buscar uma inserção crítica nas novas propostas que o governo federal vem apresentando. Se, por um lado, temos o compromisso de resistir às contra-reformas que avançam sobre a saúde, a previdência e os direitos trabalhistas, por outro lado, vivenciamos as questões que envolvem a assistência social. O SUAS abre possibilidades novas para a profissão que precisam ser pensadas no conjunto das políticas de seguridade social. O seu avanço depende dos seguintes fatores articulados:

- Reafirmação de sua vinculação à Seguridade Social;
- Expansão do orçamento global da seguridade social;
- Aprofundamento das discussões em torno de suas concepções de família e de território;
- Garantia de condições de qualidade para sua operacionalização, especialmente no que tange à política de gestão do trabalho;
- Compromisso com os pressupostos democráticos que devem orientar sua efetivação, principalmente no que diz respeito à participação popular e ao controle social.

Esses fatores reúnem os desafios colocados à profissão pelo SUAS e devem ser objeto de debates sistemáticos no interior do conjunto CFESS/CRESS.

Somam-se a esses aspectos da conjuntura anteriormente levantados um outro que rebate simultaneamente no exercício e na formação profissional. Trata-se do avanço das contra-reformas no âmbito da educação superior. Aqui, o governo Lula parece decidido a implementar as políticas do Banco Mundial voltadas para as economias periféricas, não plenamente realizadas pela Era FHC. A ofensiva nesse campo vem articulada num tripé: aligeiramento da formação profissional, afirmação de uma perspectiva desregulamentadora das profissões de nível superior e expansão precária de vagas nas instituições de ensino superior, sob o falso argumento de democratização do acesso. Tal tripé, por sua vez, quer se realizar a partir de três principais estratégias:

- mercantilização/privatização do ensino superior, onde se verifica um impressionante crescimento da rede privada de todos os tipos;
- flexibilização das modalidades de ensino, nas quais se encontram os cursos de graduação à distância, cuja monumental expansão vem se dando a partir do decreto presidencial de dezembro/2005;
- reestruturação das universidades do sistema público federal, que a partir do decreto que instituiu o REUNI (Programa de Reestruturação das Universidades Brasileiras) prevê a criação de bacharelados interdisciplinares de curta duração, aligeiramento da formação e flexibilização dos currículos.

As conseqüências dessas diretrizes são inúmeras e estão a exigir de nós a construção de formas de enfrentamento aos efeitos claramente precarizadores, desregulamentadores e mercantilizadores da formação dos assistenciais sociais brasileiros, o que acarretará em óbvios impactos ao exercício profissional e ao perfil da profissão consolidado no Brasil. Não há dúvidas de que se trata de uma conjuntura inédita, que tem potencial de trazer drásticas alterações no Serviço Social Brasileiro. Estão em curso vetores que impactam simultânea e fortemente sobre a formação, o exercício e o mercado de trabalho profissional no país. As implicações desse processo envolvem questões políticas, éticas, teóricas, ideo-culturais, jurídicas e organizativas.

Tal quadro exige do Conjunto CFESS/CRESS um esforço monumental de enfrentamento e reação. Além das estratégias com as quais enfrentamos e combatemos outros cenários adversos, devemos redobrar nossas ações de defesa da profissão e dos princípios que elegemos historicamente.

A valorização da profissão, sabemos, passa pela reafirmação de princípios ético-políticos. Qualquer forma endogenista de resistência não será capaz de nos fortalecer frente à conjuntura atual. As estratégias devem emanar dos princípios fundamentais que se encontram em nosso Código de Ética, considerando:

- a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça social, da equidade social e a real efetivação de um Estado de Direito democrático e laico;
- a liberdade como valor ético central;
- a luta contra toda forma de dominação de classe, de gênero, de raça/etnia e orientação sexual;

- a construção de padrões societários emancipatórios que requerem a luta pela socialização da política e da riqueza socialmente produzida;
- a articulação com os movimentos sociais das classes trabalhadoras, a partir da construção de alianças com setores da sociedade que partilham de nossos princípios ético-políticos, defendendo as lutas democráticas e combatendo as formas de criminalização dos movimentos sociais.

Dessa forma, as/os Assistentes Sociais reunidas/os no XXXVI Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS reiteram seus compromissos de luta e seu Projeto Ético-Político e reafirmam suas perspectivas de construção de um Brasil livre das desigualdades sociais, soberano frente aos interesses contrários aos de suas massas trabalhadoras, justo e igualitário nas formas de produção e de distribuição da riqueza social do país.

Natal, setembro/2007.